



## Confrontando o Território com a Desigualdade Socioespacial da cidade de São Luís-MA/Brasil

Júlia Kátia Borgneth Petrus

**ADVERTIMENT.** La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

**ADVERTENCIA.** La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

**WARNING.** On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX ([www.tdx.cat](http://www.tdx.cat)) service has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized neither its spreading and availability from a site foreign to the TDX service. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service is not authorized (framing). This rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author.



UNIVERSITAT DE BARCELONA



Programa de Doctorado  
Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental

**CONFRONTANDO O TERRITÓRIO COM A DESIGUALDADE  
SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE SÃO LUÍS-MA/BRASIL**

Tesis Doctoral presentada por  
**JÚLIA KÁTIA BORGNETH PETRUS**

Director de la Tesis: **DRA. ISABEL PUJADAS RÚBIES**

Barcelona – Espanha

Inverno/2013

## CAPÍTULO V

### TERRITÓRIO OU DESTERRITORIALIZAÇÃO

A exclusão aviltante ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem múltiplos territórios, vaguem em busca de um, o mais elementar território da sobrevivência cotidiana.

*Haesbaert (2007, p 17.)*



**E**ste capítulo se refere ao estudo do território e da desterritorialização, bem como suas múltiplas facetas, assim sendo pode-se chegar a conclusões que não necessariamente sejam de território ou desterritorialização, pois nesses dois extremos poderá decorrer a reterritorialização, multiterritorialidade, dentre outras. Destas idas e vindas de ser ou não território, e como o Estado e a sociedade civil se inserem nesse contexto, também, pois, a influência do Capitalismo nos territórios.

Preponderam dois grandes geógrafos e estudiosos brasileiros dos territórios, Milton Santos e Rogério Haesbaert. Porém, o estudo perpassa por muitos outros autores, como Foucault, Raffestin, Deleuze, Guattari, etc.

E, por fim, far-se-ão reflexões, ponderando as investigações estudadas.

### **5.1 Definindo território e suas diversas dimensões**

*Território* é um termo que está sendo cada vez mais utilizado, principalmente pelas Ciências humanas e sociais, como a Sociologia, Antropologia, Geografia física, política e humana, esta última quando se tratar do território de forma similar as duas acima citadas, ou seja, diretamente relacionada à sociedade. Também o território se relaciona com as ciências naturais.

Apesar de haver definições que diferenciam o território do espaço, porém, neste trabalho, estudar-se-á o território como semelhança de “espaço usado”<sup>65</sup> e espaços habitados, isto para que uma só palavra, território ou espaços usados ou habitados, não se tornem repetitivas no caminhar do estudo. E mesmo os autores que trabalham com território e espaço não explicitam essa similaridade, no entanto, em suas obras, percebe-se a equivalência, como em Haesbaert (2007, p 35.), quando da introdução para o entendimento do território para entender a desterritorialização ele aborda “(...) o território aqui, é antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades”. E ainda:

Alguns autores distinguem “espaço” como categoria geral de análise e “território” como conceito. Segundo Moraes (2000), por exemplo, “do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território (HAESBAERT 2007, p 37.).

---

<sup>65</sup> Expressão utilizada por Milton Santos

Ao longo de muitas outras citações desta investigação notar-se-á esta analogia, quando se percebe o território como um espaço produzido, usado conforme comentado no livro *Metarmorfosis del espacio* habitado de Milton Santos, que já trabalha os espaços como produzidos.

El espacio sería un conjunto de objetos y relaciones que se ejercen sobre estos objetos: no entre estos específicamente, sino para los cuales ellos sirven de intermediarios. Los objetos ayudan a concretar una serie de relaciones. El espacio es resultado de la acción de los hombres sobre el propio espacio, por medio de los objetos naturales e artificiales (SANTOS, 1996 p. 68).

Quando se trata de definir o conceito de território, a Geografia tende a materializar o espaço, sendo que território/espaço está intrinsecamente relacionado com toda a dimensão social e natural, talvez por esse motivo os geógrafos pareçam se ressentirem com as outras ciências. Parece que este enfoque geográfico está em decadência:

as poucas considerações da Sociologia para com a dimensão espacial/territorial, mas, sobretudo, a falta de diálogo entre as diversas áreas das Ciências Sociais. A Geografia, por exemplo, a quem deveria caber o papel principal, estava completamente ausente deste debate (HAESBAERT, 2007: p 36.).

De todo modo, a denominação território nasce das Ciências sociais, sendo recente o interesse da Geografia por este tema. Sendo assim, território tem amplos conceitos, ligados a vários ramos das Ciências. Iniciando-se pelo dicionário, território é uma palavra latina que quer dizer “terra” e segundo o dicionário de Michaelis:

sm (lat territoriu) 1 Terreno mais ou menos extenso. 2 Porção da superfície terrestre pertencente a um país, Estado, município, distrito etc. 3 Jurisdição. 4 Região sob a jurisdição de uma autoridade. 5 Região um tanto populosa mas sem habitantes em número suficiente para constituir um Estado, sendo pois administrada pela União. 6 Área certa da superfície de terra que contém a nação, dentro de cujas fronteiras o Estado exerce a sua soberania, e que compreende o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos.

O filósofo Michel Foucault parece explicar espaços, como sendo o século XX a época dos espaços. Ele defende que,

A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história. (...) A época atual talvez seja sobretudo a época de espaço. Estamos na época da simultaneidade: estamos na época da justaposição, na época do perto e do distante, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência de mundo é menos a de uma longa via se desdobrando através do tempo, do que a de uma rede que conecta pontos

e entrecruza sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que certos conflitos ideológicos que animam a polêmica contemporânea apõem os fieis descendentes do tempo as determinados habitantes do espaço (1998, p.22)

O espaço não existe simplesmente por existir, o que faz o território existir são suas relações. Portanto, percebe-se que a natureza física do território é importante, mas desde que esteja acompanhada com a perspectiva política, econômica e social, ou seja, território só existe se estiver conectado.

Andrade (1995, p. 19) alerta para se diferenciar o território do espaço, como outra vertente, a do poder, a do domínio:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas

Analisando a interpretação de González (1997, p. 278)

esta definición enfatiza dos aspectos del significado del concepto. La acepción de territorio como delimitación de un espacio, y la acepción de territorio como el espacio en que se concreta una acción de dominio.

Claude Raffestin, um dos primeiros autores a estudar o território, sob um caráter político, tem em seu entendimento que o espaço vai além do território, este somente se dá com a presença das pessoas, que é onde se medem forças de poder, forças políticas.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (...) Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (...) Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço (1993: p. 143-144).

Assim, destaca-se quem defenda ou não o território/espaço como similares ou quase, de todo modo, além de justificar a defesa por usar os dois termos simultaneamente, também se apropria de algumas concepções de espaço/território, o qual se aprofunda nas diferentes visões do território, enquanto espaço, citado acima. Deste modo, pode-se conceber o território e suas múltiplas e diversas dimensões, bem como, contextualizar o território com as distintas Ciências, onde o

discurso entrelaça, entrecruza, faz conexão entre o ser humano e a sua relação com a sociedade, ou seja, o homem e o território.

**Dimensão física do território** – Quando se pensa o território, na grande maioria das vezes se imagina o material, ou seja, o espaço físico, a terra. Como já foi definido anteriormente, território – terra (terra e água), primeiro vem o conceito material para depois vir a posse, isto é, a terra está sempre em posse de alguém, seja, privado ou público.

Em uma breve análise de Haesbaert (2007 p. 43 – 44) sobre o território terra, faz-se uma analogia do território com o terror, baseado no sistema jurídico romano dentro do *jus terrendi*, quando refere ele o “sentimento que o território inspira (por exemplo, de medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam)” (p.44).

Contudo, não faz sentido definir o território somente como um espaço puramente, pois esse chão tem dono e por isso mesmo, vive constantes transformações em vários âmbitos.

**Dimensão natural do território** – Trata-se de conhecer a relação do território com o meio natural, o qual está ligado ao animal, e nesse “animal” se pode ou não incluir o homem. A princípio, considerar-se o território somente com a inclusão do animal irracional, sem a presença do homem, não deixará de ser demarcado como uma relação de poder, igual como para o homem,

“mesmo entre animais “governados apenas pelo espaço” (como alguns mamíferos carnívoros). “a área de caça não deve ser imaginada como uma propriedade determinada por confins geográficos; ela é determinada pelo fato de que em cada indivíduo a preparação para lutar é maior no lugar mais familiar, isto é, no meio do seu território”. Quanto mais afastado de seu “núcleo territorial de segurança”, mais o animal evita a luta, a disputa, por se sentir mais inseguro” (LORENZ *apud* HAESBAERT, 2007: p. 48).

Observa-se que também o animal tem sua noção de território, e este faz o reconhecimento de sua área e a demarca, assim se sentindo mais seguro. Senão:

algumas fronteiras são na verdade áreas de disputa constante, outras, bem definidas cercas ou caminhos. Para prevenir-se da violência de seus territórios, muitos animais, como os carnívoros, utilizam sistemas de sinalização muito diversificados, através de gestos ou marcas: “levantar a perna, arrastar o traseiro, esfregar as bochechas, arranhar o chão ou uma árvore... (...) Urina, fezes, glândulas anais ... roçar contra objetos ou no chão, ou coçar-se (KRUUK, 2002, p. 38).



O animal irracional, assim, como o homem, que também poderá ser instintivo, delimita seu território, como dizendo: - “Aqui quem manda sou eu, e entra quem eu quero”, ou seja, uma relação de poder com o seu território. Assim, instigantemente, reflete-se o território, como algo parecido como os animais. O que pode ser preocupante, porque essa forma de delimitar o território é impensada e agressiva, possessiva, o que não deveria condizer com o comportamento humano, mas que não é descartável. “(...) a territorialidade humana pode ser tratada como uma simples extensão do comportamento animal, num sentido neodarwinista”<sup>66</sup> (HAESBAERT, 2007: p. 50). E ainda: Waal comenta a percepção do comportamento humano. Diz ele que “sujeito ao mesmo esquema explicativo do comportamento animal” (2002, p.4). Isto é: parecido ou mesmo igual ao comportamento animal. Esses pensamentos levam a críticas e divergências em modo de pensar, assim sendo, contraditoriamente a esses imaginar.

(...) não sabemos, e dificilmente poderemos chegar a saber algum dia, até que ponto observações extraídas do comportamento animal pode ser aplicadas, ainda que analogicamente, ao homem. Faltam-nos dados objetivos sobre o significado real da conduta animal, sobretudo se nos introduzirmos no mundo motivacional, e naturalmente a antropólogo, que experimentou em seus estudos transculturais o grave perigo do etnocentrismo, facilmente pode se convencer que salvará o incógnito espaço que separa a espécie animal da humana sem submergi, por sua vez, no antropocentrismo mais descarado. (...) Não queremos com isso desconsiderar os estudos do comportamento animal, mas simplesmente prevenir sobre a inadequada aplicação de suas conclusões ao mundo humano (GARCÍA, 1976, p. 17-18).

De todas as formas para Haesbaert, essa separação radical é temerária, pois é difícil “separar a natureza da sociedade, comportamento biológico e comportamento social” (HAESBAERT, 2007: p. 53).

Sendo assim, continua ampliando a conexão do território com outras dimensões, como a econômica.

**A dimensão geopolítico** - Foucault (1978: p. 116) afirma que “territorio, es sin duda una noción geográfica, pero es en primer lugar una noción jurídico-política: Lo que es controlado por un cierto tipo de poder”.

---

<sup>66</sup> O Neodarwinismo é a teoria ou corrente científica que engloba as teorias da evolução que de alguma maneira mantêm a essência da Teoria Darwinista, quer dizer, variações aleatórias dos indivíduos a seleção natural. O Neodarwinismo se baseia no desenvolvimento da Ciência, como nas leis de Mendel e da Genética, e se limita a constatar que as variações dos seres vivos se produzem em seu estado germinal quando o verdadeiro problema é quando se produzem as variações da informação genética e suas condições associadas para conseguir seu desenvolvimento efetivo, incluso depois de várias gerações.

Quando se pensa no território politicamente, associa-se quase que de imediato p termo ao Estado. Crendo que o território é um espaço de domínio do ser humano, com um controle político, por meio do Estado, afirma-se como Ratzel (1990, p. 73-74):

Embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia, jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Sem território não se poderia compreender o incremento da potencia e da solidez do Estado.

Por outro lado há correntes que amenizam essa afirmação. De acordo com Freund, estudando a obra de Max Weber e se referindo ao território e à política alarga a percepção de Ratzel, quando não delimita todo o poder ao Estado, mas que este vem somar com o território, quer dizer: o Estado se intromete no território à medida que é solicitada.

A atividade política se define, em primeiro lugar, pelo fato de se desenrolar no interior de um território delimitado. (...) as fronteiras (...) podem ser variáveis; entretanto, sem a existência de um território que particularize o agrupamento, não se poderia falar de política. (...) Pode-se, pois definir a política como a atividade que reivindica para a autoridade instalada em um território o direito de domínio, que é a manifestação concreta e empírica do poderio. (...) Esse poderio e esse domínio, segundo Marx Weber, só se tornam políticos quando a vontade se orienta significativamente em função de um agrupamento territorial, com vista a realizar um fim, que só tem sentido pela existência desse agrupamento (FREUND *apud* HAESBAERT, 2007: p. 63).

Face à complexidade de demarcar a dependência do Território pelo Estado, tem-se características políticas, vinculadas à dominação do território e a sua (re)produção pelo controle político do mesmo.

Souza (1995), por exemplo, destaca “o caráter especificamente político” do território (p. 84), definindo-o como “um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitada e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (p. 97) (*apud* HAESBAERT, 2007: p. 68).

Apesar da insistência de alguns autores em sujeitar o Território ao Estado, o que poderá ser real ou não, dependendo da contextualização do espaço x sujeito, são de boa ponderação os ditos de Haesbaert:

(...) o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva (1997, p. 41).

Nota-se nas Idas e voltas que a classe social poderá demandar seus interesses ao Estado; ou os sujeitos como agente e protagonizador de sua própria história sendo o que detém o domínio de seu território, e o Estado sendo apenas seu colaborador; ou o Estado como o principal controlador do Território; ou o Estado como uma organização da sociedade: “a maior das organizações é o Estado, ele não é a única: as organizações canalizam, bloqueiam, controlam, ou seja, domesticam as forças sociais” Raffestin (1993, p. 39). Nesse contexto, entende-se que o Estado como uma organização da sociedade que utiliza os espaços para dominação e apropriação de recursos naturais e humanos, que se expressa através do poder<sup>67</sup>: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. (...) a população, o território e os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p.58). Raffestin é ainda mais enfático e audaz quando afirma que o Estado só agirá no território movido pelos seus interesses.

(...) “**canalizam**” quer dizer que obrigam a tomada de linhas de função determinada, quer se trate do espaço concreto, geográfico, quer do espaço abstrato social; “**bloqueiam**” significa que agem sobre as disjunções, para isolar e dominar; “**controlam**”, ou seja, têm tudo ou procuram ter tudo sob o olhar, criam um “espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto”. (...) **Domesticar** é portanto encerrar numa rede, numa malha em que todas as partes estão debaixo do olhar. (...) O Estado só recorta o espaço em malhas mais ou menos cerradas por um única razão: deve encontrar a “malha” mais adequada para, levando em consideração os seus meios, “ver” o melhor possível. **Só abre certas vias de comunicação e traça certas fronteiras por essa razão** (RAFFESTIN, 1993, 39, grifo da autora)

Observa-se que o Estado tem o poder de valorizar ou não o território. Continuando a análise dos territórios adentra-se a dimensão econômica do território.

**Dimensão econômica do território** – mantém de perto uma dependência com as necessidades de subtrair recursos de seu espaço. Pelo menos deve ser o lugar onde seus habitantes sintam garantidas a disponibilidade dos recursos necessários, porém, sem conceber as coisas da natureza como propriedade sua,

---

<sup>67</sup> Poder na visão de Foucault (1984, p. 14): “Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismo a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (...) Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. É que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”. Nessas relações de poder, é interessante a declaração de Raffestin (1993, p. 75), quando afirma que “Toda relação de poder coisifica o ser humano: este ‘não é’, ele é qualquer coisa que se ‘tem’, que não se tem, que se terá ou que não se terá”.

propriedade dos recursos naturais não existe, já que eles são partilhados por todos. (...) o que é defendido é a idéia de acesso” sua legitimidade, “o conceito mais do que o objeto, já que o objeto pode ser sempre renovado ou deslocado” (LANCASTER E LANCASTER *apud* HAESBAERT, 2007: p. 57).

De todo modo, Haesbaert, sinaliza que “hoje, na maior parte dos lugares, estamos bem distantes de uma concepção de território como “fonte de recursos” ou como simples “apropriação da natureza” em sentido estrito”, embora o autor reconhece que há ainda grupos sociais que “carregam marcas profundas de uma ligação com a terra, no sentido físico do termo” (p.57). Não se deverá deixar de levar em conta, como um fator primordial, que são os problemas ambientais o que levará a uma preocupação e, conseqüentemente, a uma maior fiscalização dos recursos naturais, ainda, longe de ser o ideal pelo agravamento da situação ambiental mundial de hoje.

Milton Santos (2000), faz uma crítica à Geografia, definida, por muitos geógrafos como sendo a geografia das localizações. Refere-se ao espaço geográfico como território usado:

Foi por isso que propusemos considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como território usado; (...) Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial. (...) É uma visão que incorpora o movimento do todo” (p. 104). “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando o pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (p.105). O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade de seu uso (p.108).

A preocupação de Santos (2000) era de não deixar minimizar o espaço a uma mera localidade, quando todas as relações estão expostas a olho nu no território que ele chama de “território usado”, para diferenciar de seus colegas, do simplesmente território. E neste contexto se encontra a relação clara dos sujeitos sociais e a economia em uma rede de sobrevivência ou de poder.

**para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares.** Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território”, Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o

comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares. **Os atores hegemonzados tem o território como um abrigo**, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares (p. 108, grifo da autora)

É ainda Milton Santos que faz uma separação entre os atores hegemônicos e os atores hegemonzados. Os hegemônicos são os que detêm a hegemonia e segundo o Dicionário Michaelis é: “1) o domínio, supremacia, preponderância, proeminência; 2) Preponderância de uma cidade ou povo entre outros povos ou cidades”, ou seja, tem poder naquele território. Os hegemonzados são os que têm uma certa homogeneização, no território utilizado, é como se fossem iguais no território, como por exemplo, mesmo sendo pessoas diferentes, com sua personalidade, mas estando em um mesmo espaço que é desprovido de condições dignas de viver, ou seja, um espaço pobre, então essas pessoas são homogeneizados na pobreza. É por isso que Santos diz que os hegemônicos estão ali, no território, para defesa de seus interesses e os hegemonzados utilizam como seu abrigo, buscando naquele espaço um meio de sobrevivência. Nesse ínterim, entre hegemônicos e hegemonzados é que a cadeia de interesses vai-se formando e criando uma teia visível ou invisível de conexões com o mundo exterior, o local e o global, principalmente no contexto econômico.

Esse conjunto de poderes hegemônicos político e econômico, que defendem seus próprios interesses, traz a mazela da desigualdade social no bojo de um mesmo espaço/”território usado”, ou seja, homogeneizados pela segregação, com a relevância na economia, apesar de que uma pobreza vai atraindo outra<sup>68</sup>. E como se deve tratar o território? O território não é somente o material, ou natural, ou político ou econômico, mas sim é um espaço totalizador como o próprio Milton Santos o definiu.

Não se pode conceber o território sem entender seus múltiplos e diferentes aspectos narradas pela sociedade. Tratar-se-á de contextualizar o território com as ciências sociais, onde o discurso entrelaça, se entrecruza, faz conexão entre o ser humano e a sua relação com a sociedade, ou seja, o homem e o território.

---

<sup>68</sup> No próximo capítulo tratar-se-á do estudo das múltiplas pobreza, capítulo VI.

**Dimensão social do território** - Apesar do estudo não se aprofundar em demasiado neste aporte, essa investigação se centra justo nas relações sociais e o território e qual a sua influência na segregação socioespacial. Contudo, para seguir o raciocínio das diversas dimensões do território, também gera-se um conjunto de análises do território e do social. Entendendo as dimensões do território/espço, faz jus a alusão de uma citação de A. L. Mabogunje *apud* Milton Santos (1988, p. 52).

É importante considerar os três modos pelos quais o espaço pode ser conceitualizado. Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto num sentido absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. É o espaço do agrimensor e do cartógrafo, identificado mediante um quadro de referências convencional, especialmente as latitudes e as longitudes. Em segundo lugar, há o espaço relativo, que põe em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros. Assim, se tivermos três localidades A, B, C, estando os dois primeiros fisicamente próximos, ao passo que C está longe mais dispõe de melhores meios de transporte para A, é possível dizer, em termos relativos espaciais, que as localidades A e C estão mais próximas entre si do que A de B. Em terceiro lugar, há o espaço relacional, onde o espaço é percebido como conteúdo e representando no interior de si mesmo outros tipos de relação que existem entre objetos.

O primeiro modo se refere meramente à ligação do espaço com a natureza; o segundo envolve as relações mais superficiais entre o espaço e outro espaço e suas formas de se relacionar com os outros. E o último espaço diz respeito às relações com a sociedade no âmbito do poder político, do poder econômico, e principalmente no âmbito social. Sendo assim, Gottman chama a atenção para ver mais além que a dimensão política e materialista, e reconhecer o significado abstrato que se encontra nos territórios, que são a união, as normas intrínsecas, o respeito de uns para com os outros.

A geografia não deve procurar ser materialista nas escolas: ela de modo algum o é na realidade viva e cotidiana. A política dos Estados é sem dúvida materialista nos seus fins: ela deve retirar da geografia alguns elementos que a libertarão desta influência. Os grandes sucessos da política não é adquirida pela força armada, mas pela conversão dos espíritos (p. 224-225). (...) As divisões mais importante estão nos espíritos". (GOTTMAN, 1952: p. 220).

É ainda Gottman que nos leva ao âmago da questão, com profunda análise, onde se interpreta a "conversão dos espíritos" como a consciência, melhor dizendo, uma transformação, uma mudança em seus conceitos, despertando para uma conscientização. Um território é construído de bons e maus hábitos, de pessoas que carregam dentro de si uma carga de energia boa ou má. Sabe-se que há de quase

tudo em um território. E a influência de um e de outro vai depender da consciência de cada um, voltado aos seus valores, formando sua personalidade, seus costumes, suas normas de condutas e de convivência, o qual facilitará ou não o seu convívio em seu habitat, porque todos estão inseridos em um contexto geográfico, que se chama de território.

A começar que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua especialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, 'territorial'" (Haesbaert 2007, p. 20).

E ainda consoante com o seu pensamento em tempos diferentes:

(...)o território apresenta características simbólicas vinculadas ao espaço onde vivem os sujeitos — e também o território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos"(HAESBAERT, 1997, p. 42).

O espaço não é somente um espaço físico, mas, sim, um espaço físico habitado por seres humanos, que tem uma cultura, uma identidade, tem elementos sociais, que o define como tal, fazendo cada território diferente de outro.

É no território que acontecem os encontros, os desencontros, os confrontos. Sendo assim, Léfèbvre (*apud* CORRÊA, 1995) dá sua contribuição, que aponta para o fato de que o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção ou, em outras palavras, da sociedade. Milton Santos ratifica que o espaço é social, quando explica que "uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade" (SANTOS, 1982, p. 26).

Quase impossível falar de território sem se referir à sociedade e nem o contrário, aludir território sem reportar a sociedade, Por conseguinte, o espaço é um fator social resultado da ação humana, que por sua vez é o espelho da sociedade. E por todas as suas dimensões, o espaço pode incluir ou excluir uma sociedade, ou vice versa. Então, se há uma sociedade desigual, o espaço será desigualmente ocupado, distribuído e sentido.

## Dimensão totalizadora do território

**O território usado**, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (SANTOS, 2000, p.108). (...) Somente assim responderemos à questão crucial de saber como e porque se **dão as relações entre a sociedade como ator e o território como agido e, ao contrário, entre o território como ator e a sociedade como objeto da ação**. É essa, a nosso ver, a maneira de encontrar um enfoque totalizador, que autorize uma intervenção interessando à maior parte da população ((SANTOS, 2000, p.109, grifo da autora).

A referida citação é o final do seu discurso num manifesto no XII Encontro Nacional de Geógrafos - Florianópolis - Julho de 2000, o qual defende o papel ativo da geografia. E como responder a essa questão totalizadora que Santos referenda? Esse é o desafio, partindo de algumas análises, incluso do próprio Santos.

“Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza)” (HAESBAERT 2007: p. 74). E nesta assertiva o território como um todo é o espaço do produto e do consumo, perpassando por todos os âmbitos do território, incluso a relação de poder, portanto a prática social integradora.

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10).

É no espaço usado que se compreende como os sujeitos sociais utilizam suas relações sociais, sua relação econômica, política e de poder ao longo de sua história. É a análise do território vivido e usado. Haesbaert (2007. p.75) sugere que a geografia seja a responsável pelo estudo do território de forma totalizadora.

(...) a Ciência Política procura discutir o papel do espaço na construção de relações de poder, e a Antropologia trata da questão da criação de símbolos através do território. Não caberia então à Geografia, por privilegiar o olhar sobre a especialidade humana, uma visão “integradora” de território capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta?

De todas as maneiras, é imprescindível pensar o espaço de forma que integre, que agregue todas as perspectivas de território (econômico, político, natural, social, cultural, e outras), para assim entender os fenômenos sociais.



Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relação e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações (...) se constrói numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si (MASSEY *apud* HAESBAERT, 2007: p.77).

Todavia, antes de aprofundar-se as questões sociais, segue-se a abordagem territorial, com outros enfoques. Esses passeios conceituais e de entendimento é indispensável para compreender a análise e corroborar com o teor da investigação no campo de ação do confronto do território com a desigualdade social.

## **5.2 Desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialização: O que integra e o que desintegra? O que constrói e o que destrói?**

O termo desterritorialização, quicá foi descoberto por Gilles Deleuze, em seus devaneios para entender o entrar e o sair do território, que a principio foi idealizado como filosófico e psicológico, talvez depois sendo materializado.

(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (GILLES DELEUZE, em entrevista em vídeo, *apud* HAESBAERT & BRUCE, p. 1).

Deleuze utiliza a semântica desterritorialização pela primeira vez em sua obra *O Anti-Édipo* (1972) e depois essa terminologia é enfatizada na obra *Mil Platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991) com a parceira do seu amigo Félix Guattari. E para iniciar ele já faz alusão a reterritorialização, onde explica que não se dá desconstrução sem uma nova construção de um território.

Há autores que defendem a desterritorialização como “fim dos territórios”. Porém, tenta-se entender a desterritorialização a partir de uma nova territorialização chamada de reterritorialização, onde se dá construção, desconstrução ou mesmo abandono dos territórios humanos e suas diversificações.

Então, pensou-se o território em um constante devir, utilizado por Deleuze/Guattari como “linha de fuga”, que atua quando o rizoma<sup>69</sup> pode ser quebrado (desterritorializado).

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc.; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma (DELEUZE/GUATTARI, 1995, p. 18).

Neste caso, alude-se a essa referência, dentre as múltiplas interpretações observadas às palavras de Deleuze/Guattari, como o ser humano sempre se desterritorializando e se reterritorializando dentro do seu próprio território, e também, mesmo saindo de suas delimitações, permanecerá ligado ao ponto de partida, ainda que esse ponto dê infinitas possibilidades de fuga. “Como é possível que os movimentos de desterritorialização e de reterritorialização estejam em perpétua ramificação, uma vez que também estão presos uns aos outros?”. Apesar de os exemplos dos referidos autores estarem relacionados tanto com a Filosofia como a Psicologia<sup>70</sup>, contudo, pode-se conduzir a uma estreita conexão do indivíduo e o social, uma vez que, mesmo estando dentro do seu território faz rizoma com o externo, com a possibilidade de rompimentos “um esquema segundo um rizoma que opera no heterogêneo e salta de uma linha diferenciada à outra.”, (2000, p. 21).

No entanto Deleuze é mais enfático em sua declaração quando se refere à sociedade.

uma sociedade nos parece definir-se menos por suas contradições do que por suas linhas de fugas, ela foge por todos os lados, e é muito interessante tentar acompanhar em tal ou qual momento como as linhas de fuga se delineiam (DELEUZE 1995, p.212).

---

<sup>69</sup> Conceito de Rizoma na Botânica: “Rizoma é a extensão do caule que une sucessivos brotos.”. Para Deleuze, o rizoma é a inter-relação entre os conceitos. O rizoma é o modelo de realização dos acontecimentos, que tem espaços e tempos livres, onde os acontecimentos são potencialidades desenvolvidas das relações entre os elementos do princípio característico das multiplicidades. Esse modelo se assemelha ao padrão geométrico fragmentado, onde suas formas voltam a adaptar-se ao ambiente por muitas vezes, sem perder a sua originalidade, portanto, forma a partir de então, uma nova estrutura, com base em sua origem.

<sup>70</sup> Em outra possibilidade de quem utilizou pela primeira vez as palavras territorialização e desterritorialização, o próprio Deleuze, em seu livro *Dialogues* (Deleuze e Parnet, 1987 (2007), p. 134) assegura que foi o Guattari quem as criou, usando-as em suas discussões de psicologia de grupo.

Ele também se refere às classes minoritárias não em sentido de quantidade, mas por não conseguir impor-se, pelo menos dentro de seu território, não tendo nem voz e muito menos poder de reivindicação; e, assim, buscando abrir possibilidades de infinitas linhas de fuga, sem contudo, romper os laços da territorialidade, o qual faz parte, mas estando em constante devir.

Inferindo na situação de o indivíduo sempre estar buscando alternativas fora do seu território, isto para Deleuze/Guattari é plenamente saudável, porque não se pode “fechar o sistema”, mas parece que essa fuga está ligada com a condição de não satisfação do homem naquele território.

Ao mesmo tempo pode-se desconstruir, desterritorializar, que é quando o rizoma poderá ser quebrado, deixando a raiz principal e se conectando a outros espaços, também interligado à aquele, “o movimento pelo qual se abandona o território” Haesbaert (2007, p.127), que é o mesmo que a linha de fuga, a desterritorialização, bem como retomar segundo uma ou outra de sua linha é o “movimento de construção do território” a reterritorialização”. (p.127).

Assim, pode-se afirmar com base em Deleuze, Guattari e Haesbaert, dentre outros, ser verdadeiro que não existe desterritorialização sem reterritorialização, pois estas estão diretamente conectadas uma com a outra.

Em uma das hipóteses justificadas de Deleuze e Guattari é que há dois tipos de desterritorialização: um absoluto e outro relativo. O primeiro direcionado ao pensamento, a transformação do virtual e o imprevisível.

“Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação, e para se criar algo novo é necessário romper com o território existente, criando outro” (Haesbaert 2007, p 130).

A desterritorialização relativa diz respeito ao social, “em que Deleuze e Guattari desenvolvem uma verdadeira geo-história da desterritorialização, das sociedades tradicionais à sociedades capitalista”, Haesbaert (2007, p 134).

A desterritorialização absoluta e a relativa se complementam e uma perpassa pela outra.

Assim, a desterritorialização absoluta seria como “uma reserva de liberdade ou movimento, na realidade ou na terra, que é ativada onde quer que a desterritorialização relativa tenha lugar” (Deleuze e Guattari *apud* Haesbaert, 2007, p. 130).

De acordo com esses autores existem três tipos de máquina social dentro da desterritorialização relativa: a máquina territorial primitiva, a máquina despótica e a máquina capitalista, que, segundo ele, não são excludentes, mas são dominantes na sociedade que atua.

A máquina territorial é descrita como sendo primitiva, selvagem, objeto de desejo e de produção, que é a terra. É a primeira forma de se relacionar com o social.

O Estado aparece na forma de máquina despótica ou bárbara, onde organiza um sistema de produção que unifica ao anterior sistema territorial, descodifica seus anteriores códigos e os codifica na linguagem do despotismo estatal.

Quanto ao Capitalismo os citados autores asseguram:

(...) no *Capital*, Marx mostra o encontro de dois elementos principais: dum lado, o trabalhador desterritorializado, transformado em trabalhador livre e nu, tendo para vender sua força de trabalho; do outro, o dinheiro descodificado, transformado em capital e capaz de a comprar. Estes dois fluxos, de produtores e de dinheiro, implicam vários processos de descodificação e de desterritorialização com origens muito diferentes. Para o trabalhador livre: desterritorialização do solo por privatização; descodificação dos instrumentos de produção por apropriação; privação dos meios de consumo por dissolução da família e da corporação; por fim, descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina. Para o capital: desterritorialização da riqueza por abstração monetária; descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil; descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pela dívidas públicas; descodificação dos meios de produção pela formação do capital industrial etc." (DELEUZE E GUATTARI *apud* HAESBAERT, 2007, p. 136-137).

Pela referida citação tanto o trabalhador como o Estado saem "feridos" do Capitalismo, sendo que o Estado deveria ordenar a livre força do trabalho, de forma que amenizasse a exclusão.

Por toda essa complexidade que ajuda a entender a desterritorialização e a reterritorialização, os autores enfatizam a imposição do Estado e do Capital na desterritorialização, mas, e mesmo com outro Estado ou não, continuará a reterritorialização, pois o ser humano não vive ou sobrevive sem estiver de uma forma ou de outra territorializado (diga-se assentado), com sua identificação, mesmo que seja momentânea, mas necessária.

Não se poderá deixar de considerar que este é um caminho de via dupla, e, como já foi dito, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização,

e esses são movimentos de flexibilização do ser humano, o que configura multiterritorialidades.

Multiterritorialidade parte, antes de mais nada, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condições indispensáveis para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades – de todos e de cada um de nós. (...) experimentar diferentes territórios ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o nosso (HAESBAERT, 2007, p. 17).

Entenda-se que a desterritorialização está presente mais que em qualquer época, e também entenda-se que o homem não vive em total desterritorialização<sup>71</sup>, pois a necessidade do ser humano em estar assentado, de ter seu espaço faz parte da primeira necessidade do homem<sup>72</sup>. Territorialização, desterritorialização e reterritorialização, esse vai e vem constante do ser humano, e a esse processo chama-se de multiterritorialização.

Haesbaert chama de multiterritorialização as multirrelações que os seres humanos têm e que, conforme sua classe social, poderão ter mais ou menos. É multiinteragir dentro do metrô, em uma praça pública, em um consultório médico, bem como, também se deslocando a distâncias maiores. Ele também enfatiza que muitas vezes interage-se “numa multiplicidade de escolhas e constrangimentos impostos por outro” (2004, p. 353). Ainda cita a grande segregação da cidade do Rio de Janeiro<sup>73</sup>, que se faz jus, também, por todo Brasil.

---

<sup>71</sup> Aqui entende-se desterritorialização como uma rápida passagem, como se estivesse em transcurso, indo de um lado a outro. Nesse momento estando desterritorializado. Essa é uma das compreensões de desterritorialização, mesmo sabendo que é um assunto de muitas reflexões. E pode-se também considerar que nem mesmo nessa “passagem” de uma territorialização a outra territorialização, o indivíduo ou grupo social não está se desterritorializando, mas simplesmente provando das multiterritorialidades proporcionadas.

<sup>72</sup> De acordo com Abraham Maslow, o inventor da pirâmide das necessidades humanas, sendo uma teoria de motivação humana, onde comportamento humano é explicado através de cinco níveis de necessidades. Estas necessidades são dispostas em ordem hierárquica, desde a mais elementar a mais completa e complexa. Então, na base da pirâmide, encontra-se o grupo de necessidades que Maslow considera ser o mais básico para um ser humano; interesses fisiológicos e de sobrevivência, como a alimentação, sono, abrigo, etc., que se caracteriza pelo verbo ter. Vindo depois pela ordem hierárquica: necessidade de segurança, necessidades sociais (de afeto), necessidade de status e de estima (de ser aceito em um/uns grupo(s), necessidade de pertencimento), e o último, necessidade de autorrealização. Sendo assim, a territorialização passa pela primeira necessidade do homem, de ter um abrigo, um espaço, onde possa se sentir seguro.

<sup>73</sup> Haesbaert conta sua experiência pessoal de multiterritorialidades, fazendo um comparativo de Londres com o Rio de Janeiro, “(...) tenho muito mais liberdade e opções em Londres para escolher ou para construir e viver meus próprios territórios – ou, de forma mais adequada, minha própria multiterritorialidade. Até mesmo o simples ato de sentar tranquilamente numa praça, esse tipo de territorialização *soft* é bastante distinto da minha experiência no Rio de Janeiro. O Rio oferece bem menos flexibilidade espacial para a livre construção de territórios do que Londres, embora Londres, sem dúvida, também ofereça várias restrições. Isto não somente porque o Rio é metrópole de terceiro

A multiterritorialidade, como tudo na vida, tem dois lados: um positivo “a vivência concomitante de múltiplos territórios e identidades”, Haesbaert (1997, p.44). Como alguns psicólogos denominam: os muitos papéis exercidos pelo ser humano na sociedade como na família, no trabalho, na rua, no shopping, com amigos, etc. Do mesmo modo o lado negativo, que é a fragilidade das relações, por serem, na maioria das vezes, passageiras.

Entretanto, na sociedade brasileira somente uma minoria poderá vivenciar esses múltiplos territórios; a maioria, que vive na base da pirâmide social, não tem sequer como escolher o seu território, aquele mínimo, que faz parte da necessidade essencial do ser humano, como já foi citado. Portanto, o que desterritorializa um povo que mesmo sendo maioria, são minorias<sup>74</sup>,

É justamente o afastamento ou a fragilização do Estado e a conseqüente onipotência de uma economia “flexível”, “fictícia”, “especulativa e/ou deslocalizada”. Ai não são os grandes empresários e os grande executivos que estão “desterritorializados” – ao contrario, são eles que tem a liberdade de escolher a (multi)territorialidade que mais lhe convem, mais flexível e mutante, é verdade, mais justamente por isso mais prodigiosa. É justamente por meio desta forma versátil de reterritorialização dos “de cima” que se forja, por outro lado, grande parte da desterritorialização dos “de baixo”, através do agravamento da desigualdade e da exclusão pela concentração de renda, do capital (dos investimentos) e da infra-estrutura, associada à ausência de políticas efetivas de redistribuição, aos investimentos mais na especulação financeira do que no setor produtivo gerador de emprego, e à globalização da cultura do status e do valor contábil de uma sociedade de consumo estendida a todas as esferas da vida humana. (HAESBAERT, 2007: p. 367).

Em vista de todas essas ponderações, considera-se que uma desterritorialização de pessoas ou uma comunidade/sociedade, mesmo que esta esteja assentada por toda sua vida em um espaço de seu uso, todavia, sem as

---

mundo ou periférica, mas porque sua massa de excluídos ou, como denomina-se seus aglomerados de exclusão, são extremamente segregados no espaço em relação as classes media e alta”.Fato que deve ser relativizado se se fizer uma análise em nível de bairro. Pesquisas recentes do Instituto Pereira Passos demonstraram que o “IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de um bairro como Ipanema chega a ser superior ao de países como Suécia e a Noruega”, (2007, p. 353).

<sup>74</sup> No começo o termo **minorias** foi assim pensado: entende-se por minorias aqueles grupos sociais que são colocados à margem de uma sociedade por estarem em menor número; por diferirem culturalmente; por possuírem hábitos avessos aos da maioria; influenciar negativamente a economia da maioria ou simplesmente por oferecerem riscos à manutenção do *status quo* vigente. Hoje, apesar de conceito continuar o mesmo, por conseguinte, que nem sempre as minorias são minorias. As minorias, que se situam, muitas vezes, nas antípodas das majorias, sendo a minoria que detém o poder que subjuga a essa “maior minoria”, tornando-os minorias na impossibilidade de falar, de exprimirem seu desejo, terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias de poder, até mesmo o que diz respeito a sua própria vida. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc.

devidas condições; sem acesso a equipamentos, como a Saúde e a Educação, assim dizendo, arrancando sua cidadania, arrancando seus sonhos, justo por ter um estado pouco interventor, que deveria intervir em auxílio aos indivíduos sem auxílio, pois o natural deveria ser suprir as necessidades dos que menos têm, evitando-se uma sociedade fragmentada, descontínua e desigual, com referência a território e pobreza.

O espaço sendo apropriado e dominado por quem tem o poder e não por quem deveria apropriar-se por primazia de seu território, tomando as decisões que julgasse necessárias ao seu espaço, ou seja, aqueles que usufruem do território, sendo assim chamado por Lefebvre como “o espaço do prazer”, assim, construindo uma sociedade mais justa, diminuindo as diferenças sociais, econômicas e culturais, isto é, com acesso aos multiterritórios existentes, de natureza rizomática<sup>75</sup>. E o mais importante: com o poder de escolha, de entrar e sair, com respeito as diferenças de cada gente. “(...) isso porque o mundo não foi feito apenas para meia dúzia de privilegiados que podem efetivamente escolher em que território(s) prefere(m) a cada dia viver” (HAESBAERT, 2007, p.371).

O homem situa-se como um ser territorial, capaz de habitar diferentes territórios, com o sentimento de pertencimento, a cada território a que pertence, onde há uma interligação social, emocional, econômica e/ou cultural dos seus diferentes territórios, porém, cruzando-se mutuamente.

Integrar ou desintegrar, construir ou destruir; se "o espaço é o locus da reprodução das relações sociais de produção." (LEFÉBVRE, 1976, p. 25) e de acordo com Milton Santos

(...) o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos (...) (SANTOS, 1985, p. 49).

E ainda: “o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (SANTOS, 1996:71).

<sup>75</sup> Todas as relações com o mundo social, econômico, cultural e natural, que acontecem de forma fragmentada, que é sentido e vivido isoladamente, porém interligado e inserido numa rede de relações que lhes dão sentido e significado, sem se desligar de suas raízes. “(...) O rizoma procede por variação, expansão, conquista. (...) ele se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, mas sempre desmontável em qualquer parte, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga.” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p.15).

Também Corrêa (1995, p.27) retrata a relação entre o espaço e a sociedade; pois para ele não tem sentido dividir território e sociedade, pois ambas não sobrevivem isoladamente “(...) uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade”.

As citações acima, apesar de estarem reportadas ao espaço (que se poderá chamar de espaços de uso para igualar ao território) demonstram que o espaço se constitui a partir das relações sociais, que está sempre em movimento e, conseqüentemente, em processo de modificação e interação com o meio. O território é resultado da ação do homem, sendo reflexo da sociedade. De modo que se tem uma sociedade desigual, incerta, desproporcional. O território também estará desigualmente distribuído, ocupado e excluído.